

Ditadura "nunca mais": quando o testemunho feminino confronta o negacionismo da extrema direita

"Dictatorship Never Again": Female Testimony as a Counterpoint to Far-Right Historical Denialism

Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes¹
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto²

RESUMO: Em meio à disseminação crescente de discursos negacionistas que buscam relativizar ou negar os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), este artigo investiga como as narrativas testemunhais de mulheres que vivenciaram o autoritarismo contribuem para o enfrentamento do negacionismo histórico e para o fortalecimento de uma educação pautada no princípio do “nunca mais”. A pesquisa, de natureza qualitativa e ancorada na Metodologia da história oral (Alberti, 2004), baseia-se em entrevistas com quatro artistas pernambucanas que enfrentaram diretamente as violências e restrições do regime: Lea Tereza Lopes de Oliveira, Silvia Lúcia Viana Montarroyos, Stella Maris Saldanha e Zodja Pereira. Ao trazer à tona suas experiências, o estudo evidencia o papel da memória como instrumento de resistência e afirmação histórica. A análise é sustentada por aportes teóricos de autores como Halbwachs (2013), que concebe a memória como construção coletiva; Jelin (2003), que discute a disputa por memórias em contextos pós-autoritarismo; Perrot (1995), que destaca a importância das experiências femininas na história; e Sacavino (2015), que articula memória, identidade e educação em direitos humanos. Os resultados evidenciam que as experiências vividas por essas mulheres, marcadas por censura, perseguição e trauma, funcionam como contranarrativas potentes frente ao discurso negacionista, fortalecendo a pedagogia da memória e reafirmando a importância do direito à verdade e à justiça histórica. O estudo conclui que preservar e dar voz a esses testemunhos é essencial para impedir a repetição das violações do passado e promover uma educação crítica, comprometida com os direitos humanos e a democracia.

PALAVRAS CHAVE: Ditadura civil-militar; Educação para o “nunca mais”; Mulheres artistas; Negacionismo histórico; Narrativa testemunhal.

ABSTRACT: Amid the growing spread of denialist discourses that seek to relativize or deny the crimes committed under the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985), this article investigates how women's testimonial narratives of lived authoritarianism contribute to

¹Doutora em Educação (UFPE). Pedagoga do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e professora da Universidade Pernambuco (UPE). E-mail: graciele.andrade@upe.br

² Doutora em Educação (UFRN). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Educação Básica do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. E-mail: raylane.navarrp@ufpe.br

confronting historical denialism and to strengthening an education grounded in the principle of “never again”. This qualitative study, anchored in the Oral History methodology (Alberti, 2004), is based on interviews with four female artists from Pernambuco who directly faced the violence and restrictions of the regime: Lea Tereza Lopes de Oliveira, Silvia Lúcia Viana Montarroyos, Stella Maris Saldanha, and Zodja Pereira. By bringing their experiences to light, the study underscores the role of memory as a tool of resistance and historical affirmation. The analysis is supported by theoretical contributions from authors such as Halbwachs (2013), who conceives memory as a collective construction; Jelin (2003), who discusses the dispute over memory in post-authoritarian contexts; Perrot (1995), who highlights the importance of women's experiences in history; and Sacavino (2015), who articulates memory, identity, and human rights education. The findings show that the experiences lived by these women—marked by censorship, persecution, and trauma—serve as powerful counter-narratives in response to denialist discourse, strengthening the pedagogy of memory and reaffirming the importance of the right to truth and historical justice. The study concludes that preserving and amplifying these testimonies is essential to prevent the repetition of past violations and to promote a critical education committed to human rights and democracy.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship; Education for "never again"; Women artists; Historical denialism; Testimonial narrative.

INTRODUÇÃO

A conjuntura política brasileira tem se mostrado, principalmente nos últimos anos, um terreno fértil para a disseminação de narrativas negacionistas, as quais compreendemos como recusas de fatos históricos amplamente documentados que acontecem de forma intencional e ideologicamente motivada. Essas narrativas devem ser claramente distinguidas das revisões legítimas e metodologicamente fundamentadas da historiografia, que constituem parte essencial da crítica histórica e do avanço do conhecimento (Valim; Avelar; Bevernage, 2021). O negacionismo, ao contrário, não se apoia em investigação crítica, mas em distorções ideológicas intencionais.

Um dos principais alvos do negacionismo é a própria existência da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), cuja memória tem sido distorcida ou deslegitimada por grupos políticos conservadores e de extrema direita, por segmentos das Forças Armadas, pelas elites empresariais que apoiaram o golpe e, mais recentemente, por vozes midiáticas e digitais que propagam desinformação. Esse contexto justifica o recorte conceitual adotado neste estudo, pois compreendemos que o termo “ditadura civil-militar”, embora amplamente utilizado para evidenciar o apoio de setores civis ao regime, continua a gerar debates historiográficos relevantes sobre a caracterização do período pós-1964. Ao se manifestarem na esfera pública, esses atores recorrem frequentemente a discursos que banalizam as violências cometidas pelo Estado e buscam isentar os militares de seus crimes, distanciando os horrores do regime de sua identidade governamental.

Nessa tentativa de manipular a memória histórica, o período ditatorial é reiteradamente apresentado como uma “revolução necessária” — narrativa que, ao mesmo tempo em que legitimou o golpe de 1964, continua a reverberar no presente, atualizando elementos autoritários que ecoam tanto nos bastidores do regime quanto nos discursos que o sustentaram (Rocha, 2021). Em resposta a esse negacionismo ideológico e à sua complexidade, observa-se um aumento significativo das discussões sobre direitos humanos

no Brasil, impulsionado, acreditamos, pela fragilidade da democracia evidenciada nos últimos anos. Os dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações revelam um crescimento expressivo da produção acadêmica sobre o tema: entre 2000 e 2010, foram registrados cerca de 19 trabalhos dedicados aos direitos humanos, número que saltou para 219 entre 2011 e 2021. Na Universidade Federal de Pernambuco, que no período de 2000 a 2010 contava com três trabalhos publicados, esse número subiu para quatorze no intervalo entre 2011 e 2021.

Entretanto, investigações voltadas à ideia da educação para o “nunca mais” — compreendida como um conjunto de práticas pedagógicas voltadas à valorização da memória histórica, da justiça e dos direitos humanos, tanto em espaços formais (como escolas e universidades) quanto em ambientes não formais (como projetos artísticos, memoriais e mídias independentes) — ainda acontecem de forma tímida no cenário acadêmico brasileiro. A maioria das pesquisas concentra-se na inserção da temática dos direitos humanos nos currículos escolares, na formação e percepção de professores e estudantes sobre a educação em direitos humanos, na política de direitos humanos e nos debates acerca da diversidade

A necessidade de ampliar este campo de estudos se impõe diante das tentativas contemporâneas de apagar ou distorcer não apenas os crimes cometidos pelo Estado, mas também as reverberações persistentes desse passado. Estaríamos, nas palavras de Pereira e Seffner (2018), diante de um “passado vivo”: uma memória que se recusa a desaparecer, marcada tanto pelas cicatrizes individuais quanto pelas ideias que ainda percorrem os meandros da sociedade. Embora oficialmente superado, esse governo autoritário deixa vestígios que continuam a impregnar a cultura política brasileira, refletindo-se em uma sociedade polarizada, atravessada por discursos dicotômicos e pela busca obstinada por verdades absolutas.

Nesse contexto, torna-se fundamental distinguir entre memória e história, sendo a primeira uma construção coletiva e seletiva do passado que é marcada por afetos, silenciamentos e disputas (Halbwachs, 2013; Jelin, 2002), e a segunda, entendida como uma reconstrução crítica e metódica dos acontecimentos, fundada na problematização das fontes e no distanciamento analítico (Le Goff, 1994). Estas, quando confrontadas com tentativas de apagamento institucionalizado do passado autoritário, como acontece nesse estudo, se relacionam de forma tensa e complementar.

Diante desse cenário, nos perguntamos: o que leva alguém a negar a existência da ditadura militar, mesmo diante dos esforços de reconhecimento histórico promovidos pelas comissões da verdade? Como discernir qual versão melhor representa a realidade histórica? A história, afinal, embora não seja um relato absoluto ou imutável, ancora-se em critérios de validação empírica e análise crítica, permitindo distinguir interpretações fundamentadas de manipulações ideológicas — especialmente em contextos de pós-verdade, nos quais o apelo emocional e as crenças pessoais se sobrepõem à verificação dos fatos. Cada indivíduo, moldado por seus valores — ou pela ausência deles — interpreta e narra o passado a partir do que viu, ouviu ou sentiu. Por isso, compreender os eventos históricos exige um olhar atento às múltiplas perspectivas e à construção coletiva da memória, tarefa que não se cumpre quando se permanece apenas no gesto de opinar. A opinião pode ser um ponto de partida, mas não conduz, sozinha, a uma compreensão crítica. É no diálogo verdadeiro, na escuta atenta e no encontro com experiências diversas que se abrem caminhos para enxergar além das próprias convicções, reconhecendo os limites entre lembrança e esquecimento, entre experiência vivida e narrativa construída (Alberti, 2004; Larrosa, 2002).

Diante da ascensão de discursos negacionistas que buscam reescrever o passado autoritário do Brasil sob uma lógica de glorificação militar e suposta normalidade institucional, torna-se fundamental reafirmar o direito à memória e à verdade. Propomos, neste estudo, analisar como as narrativas testemunhais de mulheres que vivenciaram a ditadura civil-militar no Brasil contribuem para o enfrentamento do negacionismo histórico e para a preservação da memória coletiva — elemento essencial de uma educação para o “nunca mais”.

As discussões desenvolvidas neste estudo têm como base a metodologia da história oral (Alberti, 2004), aplicada à análise de entrevistas com quatro mulheres artistas cujas trajetórias foram atravessadas pela repressão do regime civil-militar: Lea Tereza Lopes de Oliveira (1955), poetisa vinculada à Poesia Marginal; Silvia Lúcia Viana Montarroyos (1943), escritora que sofreu prisão e tortura; Stella Maris Saldanha (1960), atriz que enfrentou a censura no teatro; e Zodja Pereira (1946), atriz cujo pai foi um perseguido político desaparecido. Ao recorrer à história oral, a pesquisa acessa memórias sensíveis e plurais, capazes de lançar luz sobre experiências silenciadas e de tensionar versões oficiais da história. Nesse sentido, a história oral opera não apenas como um método de registro de narrativas, mas como instrumento de resistência política e de educação crítica, conforme argumenta Alberti (2004). Considerando que os testemunhos evocam vivências marcadas por traumas e violências de Estado, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em 6 de janeiro de 2021, em conformidade com os princípios éticos que regem o trabalho com fontes orais.

Para alcançar nosso objetivo, o artigo está estruturado em duas partes: na primeira, refletimos sobre o direito à memória em articulação com os debates sobre a educação para o “nunca mais”; na segunda, aprofundamos a análise dos testemunhos das quatro artistas entrevistadas, evidenciando a força política, ética e sensível de suas memórias diante dos discursos negacionistas e autoritários que ganham espaço no cenário político brasileiro contemporâneo. Ao longo do estudo, evidenciamos como essas memórias, ao confrontarem versões negacionistas e autoritárias, se afirmam como formas de resistência e contribuição ativa à construção de uma consciência histórica crítica. Assim, este trabalho busca fortalecer uma pedagogia da memória comprometida com a verdade, a justiça e a não repetição — fundamentos indispensáveis a qualquer projeto educativo em contextos democráticos.

2 O DIREITO À MEMÓRIA E A EDUCAÇÃO PARA O “NUNCA MAIS”

Diferentemente de países como o Chile, onde a população lutou para conhecer o que havia acontecido durante a ditadura militar, no Brasil se perpetuou um silêncio — muitas vezes imposto pelo medo e pela repressão — que dificultou o conhecimento público sobre os crimes cometidos pelo Estado. Essa tentativa de esquecer os crimes ocorridos, aliada ao desejo de evitar novas retaliações típicas do autoritarismo, contribuiu para a permanência da impunidade e para a falta de reconhecimento das vítimas, limitando o debate social e político sobre justiça e memória.

Como resultado dessa falta de conhecimento, parte da população acaba aceitando declarações públicas que, a partir de um revisionismo distorcido — de caráter ideológico e não acadêmico — tendem a justificar ou ocultar as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime civil-militar. Essa situação evidencia a urgência de resgatar as narrativas das testemunhas que viveram o período da ditadura, pois o negacionismo histórico só pode ser

enfrentado quando as vozes que experienciaram os fatos ganham espaço e reconhecimento ao ponto de sensibilizar para um conhecimento sobre o fenômeno do autoritarismo. Isto porque, “é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade” (Gagnebin, 2006, p.37). A escuta de narrativas de testemunhas pode ser vista como uma proposta para o sujeito vivenciar uma experiência.

Ao discutir os sujeitos fabricados e manipulados pelos aparatos da informação e da opinião — e como a obsessão por opinar anula a possibilidade de experiência —, Larrosa (2002) nos faz compreender que a transição para a democracia exige, necessariamente, o exercício de reconhecer o limite da opinião presente, para abrir-se a um saber mais aberto e transformador. Isso implica entender que, para avançar em justiça e reparação, não basta apenas registrar fatos e obter informações: é fundamental escutar as testemunhas como agentes que nos convocam a uma experiência do tempo — uma vivência que desestabiliza certezas e conecta passado e presente. A escuta dessas vozes, portanto, torna-se essencial para a construção de uma memória coletiva que reconheça o sofrimento histórico e confronte as narrativas negacionistas

As testemunhas desempenham um papel fundamental na criação de espaços-tempo onde a experiência vivida pode ser compartilhada e refletida, desafiando o ritmo acelerado e a superficialidade da modernidade que dificulta a escuta atenta. É necessário parar, ouvir e calar, pois as memórias das testemunhas confrontam a pós-verdade instituída a partir das versões oficiais e das narrativas que são favoráveis às ideologias a que os militares e seus apoiadores estavam alinhados. Nesse sentido, o testemunho torna-se também um ato político. Como alerta Hannah Arendt (1961), quando a verdade factual é substituída por narrativas ideológicas, o próprio espaço público é corroído.

A escuta das testemunhas, portanto, não apenas preserva a memória, mas sustenta a possibilidade de um mundo comum — um espaço onde a verdade possa novamente ser partilhada. É nesse gesto de resistência que se insere a pedagogia da memória. Não podemos ignorar que essas versões foram repetidas inúmeras vezes sem o devido exercício crítico, contribuindo para a ausência de responsabilização dos crimes da ditadura, demonstrando-se como uma situação que não está socialmente resolvida. Neste sentido, a escuta e a leitura dos testemunhos é uma experiência na qual é possível se perceber no lugar do outro, e como alguém que não vivenciou o acontecimento histórico no tempo passado pode no presente escutar, reconhecer e atender ao apelo da vítima.

Em 1991 a professora Ruti Teitel apresentou o termo Justiça de Transição, que está relacionado às medidas necessárias para a superação dos períodos de grandes violações de direitos humanos que as sociedades tenham passado, sejam eles relacionados a conflitos armados ou regimes autoritários. Medidas que estão relacionadas à realização de Justiça (reconhecimentos dos responsáveis e sua punição pelas graves violações de direitos humanos), promoção da reparação dos danos às vítimas (indenização, desagravos públicos), promoção de reformas institucionais com relação aos serviços de segurança, de modo a adequar e aproximar da pauta axiológica do Estado Democrático de Direito, esclarecimento da verdade histórica e judicial (abertura de arquivos que promovam o esclarecimento dos fatos que aconteceram no período de exceção) e a criação de espaços de memória, necessários para a sedimentação de uma cultura política democrática e humanista (Jelin, 2003).

Como os pesquisadores podem nos ajudar a compreender e tensionar a ideia de educar para o “nunca mais” com a necessidade de refletir os processos de sensibilização do ser humano a partir de narrativas da história? Ao buscar pesquisas produzidas nos últimos 10 anos que abordassem essa dimensão dos direitos humanos, observei duas pesquisas relacionadas à ditadura militar de 1964: a dissertação “Educar para o nunca mais: sequência didática, memória e esquecimento sobre a ditadura militar nos livros didáticos de história (2011-2017)” (Souza, 2018) e o artigo “Pedagogía de la memoria y educación para el “nunca más” para la construcción de la democracia” (Sacavino, 2015). Ao refletirem sobre a educação para o “nunca mais”, Sacavino (2015) e Souza (2018) têm apontado para a importância das narrativas produzidas por sujeitos que estiveram presentes em momentos nos quais a dignidade humana tenha sido violada. Sujeitos que consideram possuir ou fazer parte da memória coletiva que é capaz de levar, por meio de processos formativos e sensibilizadores, a uma cultura efetivamente democrática.

Em seu texto, Sacavino (2015) explica que a expressão “nunca mais” faz alusão aos movimentos de direitos humanos do Cone Sul, ao final da década de 1990, envolvidos na elaboração de relatórios que compilassem e listassem as informações sobre as violações de direitos humanos praticadas a partir do terrorismo estatal. O “nunca mais” aparece como um slogan utilizado em diferentes países na luta contra as violações de direitos humanos que aconteceram nas ditaduras militares. A autora enfatiza que no campo dos Direitos Humanos, é uma expressão que envolve o esclarecimento completo dos crimes acontecidos nas ditaduras e a punição dos seus responsáveis.

Ao buscar nos livros didáticos de história a presença de discussões sobre as violações dos direitos humanos, Souza (2018) observou uma ausência de associações entre o regime civil militar e as violências que ocorriam de forma institucionalizada. Portanto, a autora apresenta a memória como elemento central, ao se pensar em educar para o “nunca mais”, por considerar que é por meio dela que o historiador também pode visitar o passado. O que acontece, à medida que se busca conhecer a memória de diferentes personagens históricos, pessoas que vivenciaram diferentes experiências sobre a ditadura e que suas lembranças destoam das narrativas conservadoras, pois, “Mesmo diante da anistia que perdoava torturadores e, do esquecimento que objetivava perpetuar a narrativa dos militares, a historiografia conseguiu avançar e propor outras narrativas e interpretações sobre o período em questão” (Souza, 2018, p. 27).

O educar para o “nunca mais” aparece atrelada a uma educação que busque a substituição da cultura do silêncio e do esquecimento por uma cultura de rememoração dos crimes cometidos na ditadura e da punição aos seus responsáveis, colocando em jogo os debates sobre as políticas da memória que giram em torno da Lei de Anistia. Apoiada em Hobsbawm (1995), a autora evidencia as consequências que uma sociedade pode sofrer ao esquecer sua própria história, e mostra que as memórias, embora possam ser estudadas a partir da perspectiva de diferentes autores, seja ela a memória coletiva, a memória histórica e a lembrança dos sujeitos de suas experiências, ambas se articulam.

As reflexões apresentadas nos fazem atentar que quando pensamos em educar para o “nunca mais”, a história e a memória se completam e ajudam a evidenciar acontecimentos que não podem ficar no esquecimento, mas que devem ser retomados pedagogicamente. Assim, é na apropriação de tais acontecimentos de violação de direitos e na equiparação destes crimes que as políticas da memória devem se fundamentar, pois, é ao buscar clareza

aos fatos históricos no presente que se move em direção a um futuro no qual não haja a repetição da violação dos direitos humanos.

Com a Lei de Anistia, de 1979, houve uma tentativa por parte dos militares, de apagamento dos crimes do período, o que impactou na abertura de espaços de fala para narração de testemunhos que são fundamentais para a memória do acontecimento. Diferentes foram as motivações que levaram as vítimas ao silêncio sobre suas perdas e sobre como, quando e sob a responsabilidade de quem tiveram seus direitos violados. No relato contundente de Zodja Pereira, uma das sobreviventes da ditadura, evidencia-se a diferença crucial entre o Brasil e outros países, como a Alemanha: “A nossa diferença da história do Brasil para a história da Alemanha é que os judeus jamais se calaram, eles jamais aceitaram. Aqui, ainda somos obrigados a ficar calados” (Pereira, 2021). Essa fala revela não apenas o sofrimento, mas também a resistência das vítimas frente ao silenciamento imposto, reforçando a importância do testemunho como instrumento de luta contra o apagamento histórico e o negacionismo.

Embora a Lei de Anistia seja vista como uma das barreiras à educação para o “nunca mais”, uma vez que suas interpretações contribuem com a ocultação dos crimes cometidos durante o regime civil militar, alguns avanços legislativos nos fazem esperançar um futuro de não repetição de todo o cenário de violação de direitos e autoritarismo, sendo esses avanços representados pela Lei 9140/1995, a Lei dos Mortos e Desaparecidos, a partir da qual o Estado reconhece sua responsabilidade em relação às mortes e desaparecimentos de 136 pessoas. A Lei nº 10.536/2002, juntamente com a Lei 10.875/2004, amplia a responsabilidade do estado com os crimes provenientes da ditadura militar, assim como a lei 10.536, que amplia o período de responsabilização que era entre 1964-1979 e passou a ser entre 1961-1988, e a Lei 10.875, que amplia as tipificações dos crimes incluindo a culpa pela morte daqueles que cometem o suicídio devido ao medo da perseguição e da tortura. Há também a Lei nº 10.559/2002, que estabelece a criação da Comissão da Anistia, que tem por missão analisar os pedidos de reparação histórica das vítimas do regime civil militar.

De acordo com dados do Diário Oficial da União e com os relatórios da Comissão da Anistia, entre 2019 e 2021, o quadro estatístico sobre o resultado do julgamento dos pedidos de anistia tem mostrado que 90% dos pedidos têm sido indeferidos. Só em 2018 tivemos 51 pedidos deferidos contra 1894 pedidos indeferidos. Uma realidade que exemplifica a fragilidade de nossa democracia, e mais, alerta para a possibilidade de uma realidade de negação de memórias sobre as violações de direitos humanos narradas pelas vítimas e seus familiares, para a negação do direito à reparação histórica. Demonstra ainda que, mais uma vez, as vítimas da ditadura continuam a ser silenciadas, sendo suas lembranças sobre esse período desvalorizadas e não legitimadas, evidenciando a necessidade de aprimoramento das políticas públicas de memória, verdade e reparação, conforme também alertam autores como Sacavino (2015).

Outro aspecto central para compreender o processo de justiça transicional no Brasil é a dissociação entre as vítimas da ditadura e a associação frequente, porém equivocada, entre elas e a militância comunista. Essa vinculação, muitas vezes utilizada para justificar as violações, contribui para o apagamento das múltiplas identidades e histórias das vítimas, dificultando o reconhecimento universal dos direitos humanos e a construção de uma memória plural e inclusiva (Sacavino, 2015). A disseminação deste pensamento enfraquece a legalidade das denúncias de violação de direitos humanos, fazendo com que as vítimas sejam vistas como merecedoras das violências e injustiças sofridas, ou uma cultura que passa a

mensagem de que as atrocidades cometidas têm uma justificativa capaz de amenizar as violências e perseguições sofridas por aqueles contrários ao modelo autoritário instituído com o golpe de 1964 no Brasil.

Os estudos em volta da educação para o “nunca mais” têm mostrado que rememorar a sua história é uma das condições indispensáveis para uma sociedade justa, pois as narrativas das testemunhas ajudam no processo formativo político dos sujeitos, à medida que permite que eles sejam sensibilizados por meio das experiências de outros. Um processo formativo no campo dos direitos humanos que irá se apoiar do esforço por tecer e concretizar planos nos quais o futuro não seja de repetição de momentos de violências, mas de garantia da dignidade humana.

No mesmo sentido, conforme a categoria “nunca mais” é incorporada na educação em Direitos Humanos, o que ocorre em novembro de 1999 no Seminário de Análise de Experiências da Educação em Direitos Humanos na América Latina, promovido em Lima, no Peru, ela passa a ser vista como um caminho por onde se pode projetar e ampliar a qualidade de nossas democracias. Por isso, ao pensar na perspectiva “nunca mais”, Sacavino (2015) apresenta três aspectos que devem ser levados em consideração: o reconhecimento de que somos seres históricos, o conhecimento sobre como historicamente nossa sociedade foi formada na perspectiva dos direitos humanos e o estabelecimento de relações entre a memória e a construção da interculturalidade. Para ela:

Uma educação com base nos direitos humanos que promove o nunca mais deve estimular processos de trabalho em torno da memória e olhar para a história da perspectiva e ângulo dos derrotados e muitas vezes invisibilizados, aquela forjada pelas práticas dos movimentos sociais populares, pelos diferentes grupos discriminados e subalternizados, por suas lutas pelo reconhecimento e conquista de seus direitos e cidadania na vida cotidiana, suas resistências e sua insistência em produzir outras formas de ser, outras sensibilidades, outras percepções para construir a cidadania (Sacavino, 2015, p. 73, tradução nossa).

Ao teorizar sobre a “pedagogia da memória” (Sacavino, 2015) e discutir sobre diferentes sentidos da memória, a autora evidencia oito aspectos e dimensões da memória que qualificam e ajudam a orientar processos educativos, por considerar que promovem a maturidade emocional e o desenvolvimento da sensibilidade. São elas: (1) as funções da memória; (2) memória e identidade; (3) memória individual; (4) memória social e memória e esquecimento; (5) memória e narrativa, (6) memória e história; (7) memória e verdade; e, (8) a memória literal e memória exemplar.

Relacionada com as funções da memória, está a promoção do debate e reflexão ativa sobre o passado e seu significado para o presente e para o futuro, a partir da superação, distanciamento de fatos traumáticos, esquecimento e ocultação dos abusos políticos e violações de direitos. No que tange à memória e identidade, seriam dois polos que se relacionam com a construção da subjetividade, a partir das experiências que ajudam a identificar quem somos, as mudanças que passamos, nossas projeções futuras, nos identificando com alguns eventos e nos afastando de outros.

Neste sentido, é importante destacar a atuação das mulheres em direção à democratização do país. Para Céli Pinto (2003) o Movimento Feminino pela Anistia,

organizado em 1975 por Terezinha Zerbini, cresceu por todo o Brasil e foi fundamental na campanha pela Anistia. Iniciado com vítimas e familiares de pessoas que foram presas e exiladas ou estavam desaparecidas, o movimento se associou a entidades e organizações feministas com manifestações de solidariedade às vítimas e de luta pelo fim das barbaridades e pela redemocratização do país. Ao pensar os sentidos do sigilo em torno dos documentos estatais e o comprometimento das autoridades com o esclarecimento dos fatos ocorridos, o que deve ser objeto de recorrente recordação?

Suas memórias lançam luz sobre aspectos muitas vezes ignorados, evidenciam como a palavra testemunhal pode se tornar ferramenta de enfrentamento ao esquecimento e à negação. Nesse sentido, quando Fialho e Freire (2018) ao estudaram a trajetória educativa e a militância política da Maria Luiza Fontenele eles evidenciaram:

Importa destacar que a história de um indivíduo é influenciada pela sociedade a qual pertence; mas, além disso, vale lembrar que os sujeitos e os grupos também interferem na constituição da história de sua sociedade, por isso o papel do indivíduo pode ser tão importante no processo de constituição social" (Fialho; Freire, 2018, p. 4).

Ao discutir a relação entre o indivíduo e a sociedade os autores reforçam a importância de pesquisas que utilizam memórias e narrativas de sujeitos que presenciaram acontecimentos importantes da história, por considerar que esses podem contribuir para conhecer uma versão da realidade que detalhe e contextualize as violações de direitos humanos que aconteciam de forma cotidiana e institucionalizada. Nesse sentido, a educação em direitos humanos não pode ser algo pontual, mas como um processo formativo, pois, "[...] é, também, de especial importância desenvolver processos formativos que permitam articular diferentes dimensões – cognitiva, afetiva, artística e sociopolítica – fundamentais para a educação em Direitos Humanos" (Candau, 2008, p. 7).

É possível refletir que a memória individual, a partir do uso da palavra e de toda carga subjetiva que ela possui, adquirida nas experiências pessoais vividas, é uma memória construída socialmente, que contribui para conhecer o tempo passado, motivo pelo qual "[...] fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos pareçam obscuras" (Halbwachs, 2013, p. 25). Em relação às memórias sobre a vida em uma sociedade autoritária e opressora, a força da memória está no conjunto de indivíduos que lembram o passado enquanto integrantes de um grupo, pois, "[...] de bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes" (Halbwachs, 2013, p. 65).

A memória e o esquecimento trazem a reflexão sobre a impossibilidade de restituição do passado, considerando que existe uma seleção de lembranças, uma vez que em um evento, uns vestígios são lembrados e outros são esquecidos, outros marginalizados com o tempo. Mas que, de toda forma, na construção democrática, a memória é espaço para reconstrução do passado e um direito legítimo das sociedades. Seja esse, então, o motivo pelo qual memória e narrativa e memória e história se imbricam, por criarem um elo entre passado e presente por meio da narrativa, a qual expressa a memória de um passado atravessada pela perspectiva social, cultural e política. Sendo a história percebida como o acúmulo de representações do passado elaboradas a partir da narrativa, construídas pelos grupos, visando dar sentido à vida individual e coletiva ao se olhar para um passado comum.

No que tange à memória e verdade, a palavra verdade é utilizada para dar ênfase a uma verdade relacionada com a correspondência entre a narrativa do sujeito e os acontecimentos passados, com o intuito de revelar o significado dos acontecimentos. Neste sentido, a memória literal seria aquela que interpreta os acontecimentos do passado, sem gerar um compromisso social. Enquanto a memória exemplar interpreta o passado buscando ressignificar a experiência vivida, relacionando-a com novas situações, visando projetar o futuro.

Ao abordar a memória como uma produção em que se busca elaborar um sentido para o passado por meio de transformações simbólicas, de modo a pontar imbricações entre passado, presente e futuro, Elizabeth Jelin (2005) traz uma perspectiva sobre a memória que interessa ao meu objeto de pesquisa, na qual se reflete sobre a ação de marcos culturais, sociais e de gênero. O que é relevante para pensar a memória que as mulheres artistas apresentam hoje, sobre as influências do cenário político atual, e, de como elas dão sentido a tudo o que viveram durante o regime militar, estabelecendo relações entre a memória e a luta política.

O texto de Sacavino (2015) traz imbricações entre memória, história e direitos humanos, visando um processo educativo que não esteja focado apenas em lembrar, mas que se trabalhe com temas relacionados à dimensão individual, coletiva, afetiva e cognitiva, colocando o sujeito de modo ativo na construção do futuro. Sendo neste ensejo que elas propõem atividades voltadas para o trabalho com o conceito de memória, relacionado com as histórias de vida, atividades que relacionem a história, memória e direitos humanos e os conceitos que favorecem a construção de cidadanias críticas e participativas, e, atividades voltadas para a não comemoração dos cinquenta anos de ditadura militar, a partir da ideia de cidadania e fortalecimento da democracia.

As reflexões apresentadas no texto apontam para a necessidade de uma transformação da prática escolar e da sensibilização de toda a comunidade para a importância de a escola abordar as relações entre os Direitos Humanos e a Democracia. Um trabalho que precisa articular um tratamento mais denso e substancial, com fundamentos, características, definições e sobretudo com a sinalização das pessoas que lutaram em nosso país pelos direitos humanos, das pessoas que militaram contra as injustiças praticadas no seu meio. O que deve ser feito não apenas para que haja o reconhecimento dessas pessoas pela sua comunidade, mas que deve ser reconhecido como um recurso pedagógico potente, uma vez que, a trajetória de vida dessas pessoas é valiosa e pode ser tomada como base para reflexão da vida de professores e dos estudantes.

Assim, as vozes femininas têm desempenhado papel essencial na disputa pela memória da ditadura civil-militar, muitas vezes assumindo a tarefa de desmentir versões negacionistas e ampliar a compreensão dos múltiplos sofrimentos vividos. O testemunho dessas mulheres não apenas denuncia as violências, mas também fortalece a luta política por justiça, reconhecimento e reparação, configurando-se como um instrumento poderoso contra o silenciamento e o esquecimento.

3 NARRATIVAS FEMININAS FRENTE AO NEGACIONISMO

Neste estudo, compreendemos história como uma construção crítica do passado, baseada em métodos científicos, análise de documentos e múltiplas interpretações. Por outro

lado, entendemos memória como uma forma de rememoração subjetiva, coletiva e situada — sempre seletiva, pois depende das experiências, afetos e disputas sociais de seu tempo. No entanto, nem toda memória seletiva é equivalente: algumas ocultam ou negam crimes de Estado, reproduzindo violências simbólicas; outras denunciam injustiças e buscam visibilidade para sujeitos historicamente silenciados. É essa distinção ética que orienta nossa análise das contranarrativas apresentadas pelas quatro artistas entrevistadas, que confrontam discursos negacionistas articulando fatos históricos documentados com experiências traumáticas vividas. Essa distinção ética entre memórias não é arbitrária, pois algumas visam preservar a dignidade e os direitos humanos, enquanto outras buscam apagar ou minimizar sofrimento e violações. Assim, a seleção da memória não é apenas uma questão de lembrança, mas um ato político e moral. O limite entre a verdade dos fatos e o discurso está na capacidade deste último de ser confrontado e avaliado criticamente, especialmente quando se utiliza a memória para negar ou distorcer fatos comprovados.

Ao testemunharem o cenário de autoritarismo que é característico da ditadura militar, as mulheres relatam lembranças que ajudam a compreender a rotina de violação de direitos fundamentais. Aqui, distinguimos revisionismo histórico legítimo, que busca analisar criticamente o passado com base em evidências, do negacionismo histórico, que distorce ou nega fatos comprovados para fins ideológicos. Suas narrativas, quando tomadas como testemunho permitem que se conheça os sobreviventes e legitima a versão destes sobre as violações que até então conhecíamos de modo anônimo, o que contribui para a promoção do direito da sociedade à memória coletiva. Logo, ao elaborar sentidos sobre o passado e o relacionar com as necessidades do tempo presente confrontamos a memória unilateral que fundamenta os discursos negacionistas.

Podemos encontrar diferentes narrativas sobre o cenário brasileiro entre os anos de 1964 e 1985, pessoas de diferentes lados trazem diferentes versões sobre o que foi viver sob o governo de militares que retiraram os representantes eleitos pela população dos seus respectivos cargos. Mas, se ansiamos por educação para o “nunca mais” é preciso que as memórias das vítimas sejam apresentadas e configurem uma experiência afetiva, de modo a reconhecer a dor e restaurar sua dignidade histórica. Pois, “O esquecimento dos mortos e a denegação do assassinato permitem assim o assassinato tranquilo, hoje, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar.” (Gagnebin, 2006, p. 40).

A educação desempenha papel fundamental ao mediar a relação entre múltiplas memórias e a construção de uma narrativa histórica crítica. É por meio dela que se pode promover o reconhecimento da diversidade de experiências, a empatia pelas vítimas e a compreensão dos limites entre memória subjetiva e fatos históricos, capacitando os cidadãos a resistirem a discursos negacionistas e a valorizar a memória como instrumento de justiça social. É nesse sentido que o esquecimento da rotina de prisões, mortes, torturas e seus desdobramentos — como os impactos na saúde física e mental, a perda de empregos, o rompimento de vínculos sociais e outras formas de violação da dignidade humana — não pode ser compreendido senão como um obstáculo à formação ética, cidadã e política do povo brasileiro e um entrave à consolidação de uma cultura democrática que responsabilize o Estado por seus abusos e impeça sua repetição.

Sabemos que existe uma história de submissões e violências do período que as mulheres podem nos ajudar a compreender, ao serem estudadas enquanto personagens históricas, as quais não viveram submissas à condição imposta pela sociedade patriarcal, mas que foram e são capaz de se rebelar contra ela (Perrot, 1995). Ao refletir sobre a resistência

e a participação política das mulheres, observamos que esta tem sido alvo de discursos negacionistas. Frequentemente são interpretadas pelos setores mais conservadores como atos de rebeldia, o que as coloca em constante confronto com discursos que procuram deslegitimar suas experiências e trajetórias.

Esse embate se evidencia de maneira ainda mais explícita quando observamos tentativas de apagamento e negação dos testemunhos de mulheres que foram presas e torturadas durante a ditadura militar no Brasil. Em abril de 2016, durante a votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, o ex presidente Jair Bolsonaro, na época deputado federal declarou: “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, o meu voto é sim!” (Bolsonaro, 2016), se referindo ao coronel responsável por algumas das torturas sofridas por Dilma enquanto esteve presa política, palavras repetidas por seu filho Eduardo Bolsonaro, também deputado.

Em 2019, durante entrevista concedida em Brasília a correspondentes de veículos estrangeiros, ele traz novamente sua retórica violenta contra as mulheres na tentativa de justificar os crimes cometidos pelos militares no período, ele afirmou: “Ela estava indo para a guerrilha do Araguaia quando foi presa em Vitória. E depois (Míriam) conta um drama todo, mentiroso, que teria sido torturada, sofreu abuso etc. Mentira. Mentira” (Bolsonaro, 2019). Ao evocar uma experiência íntima e traumática vivida por mulheres presas e torturada em momentos de alta visibilidade política e simbólica, exemplifica a inversão que é típica do discurso negacionista, procurando transformar algo amplamente documentado e condenado (a tortura) em um gesto de bravura ou patriotismo. Um discurso que opera com personalização da violência, desqualificando o testemunho e resgatando a imagem do torturador como herói e afastando da verdade sobre o período, pois, “O Governo Médici que foi de 1970 a 1974, foi o governo mais cruel da ditadura. O que mais prendeu, o que mais matou e o que mais torturou. Eram anos de chumbo, você não faz ideia, você saia de casa e podia nunca mais voltar.” (Saldanha, 2022)

Percebe-se que existe uma tentativa de reconfigurar a memória da ditadura civil-militar instaurada em 1964, substituindo narrativas sobre repressão, censura e tortura por versões que enaltecem a intervenção militar como um suposto ato necessário para a estabilidade nacional. Como destacam Valim, Avelar e Bevernage (2021), o negacionismo não opera apenas pela negação explícita dos fatos, mas por meio de estratégias discursivas que moldam percepções e sentimentos em torno de episódios traumáticos, oferecendo uma memória que atende a interesses ideológicos contemporâneos.

O discurso que exalta torturadores e escarnece de sobreviventes não se constrói de forma isolada: ele encontra ecos históricos em práticas de delação, perseguição e apoio popular à repressão, como aquelas realizadas por setores conservadores da sociedade civil. À época, muitos civis se associavam ao regime não apenas por convicção ideológica, mas também como estratégia de sobrevivência ou reafirmação de valores morais autoritários, denunciando opositores — ou mesmo indivíduos que apenas demonstravam comportamentos ou ideias divergentes. Como observa Fonseca (2018), em um contexto onde não havia mecanismos institucionais eficazes para conter os abusos de poder, a palavra do delator frequentemente se sobreponha à palavra de pessoas comuns que estavam sendo acusadas, resultando em perseguições e cassações sumárias.

A continuidade desse projeto discursivo de reabilitação da ditadura e de seus instrumentos mais violentos aparece também em declarações anteriores do então deputado Jair Bolsonaro. Em dezembro de 2008, no mesmo espaço público da Câmara dos Deputados,

ele exaltou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), instrumento que marcou o auge da repressão estatal, com a suspensão de direitos civis, fechamento do Congresso e institucionalização da tortura como prática política. Em março de 2010, ao se referir a ditadura militar afirmou: “deu início a 20 anos de glória, período em que o povo gozou de plena liberdade e de direitos humanos”. Declarações que exemplificam a tensão constante entre diferentes versões do passado, que disputam o espaço público e a memória coletiva. A manutenção da democracia depende justamente da capacidade da sociedade de confrontar essas disputas, protegendo o direito à memória das vítimas e o rigor histórico contra a manipulação ideológica

Ao louvar o AI-5 como medida legítima para conter o “terror” atribuído exclusivamente à esquerda, Bolsonaro não apenas ignora o caráter autoritário do regime, como reconfigura a memória pública, invertendo papéis entre agressores e vítimas. Essa disputa entre memórias e verdades históricas ressalta o papel fundamental da educação para formar cidadãos críticos, capazes de reconhecer as complexidades da memória social e a importância de confrontar discursos que tentam reabilitar regimes autoritários. O desafio reside em mediar a relação entre a verdade histórica dos fatos e as memórias que, por vezes, buscam ofuscar as múltiplas formas de repressão e a responsabilidade do Estado no autoritarismo. Pois, esse tipo de narrativa opera por meio da criminalização seletiva da resistência, da negação das múltiplas formas de repressão promovidas pelo Estado e da tentativa de legitimar o uso da violência como resposta necessária.

Temos percebido que o discurso negacionista não se limita a esquecer o passado, mas trabalha ativamente para o configurar de acordo com interesses ideológicos que encontram apoio na nostalgia autoritária de certos setores sociais. Esse processo de reconfiguração da memória histórica, visível na exaltação pública do AI-5 da percepção de Jair Bolsonaro sobre os 20 anos de ditadura, entra em confronto direto com os relatos de quem acompanhou o sofrimento de pessoas queridas. A atriz Zodja Pereira, ao falar sobre a violência vivenciada no período relata:

Eu perdi muitos amigos, muitos jovens que foram assassinados nessa época de 1964, que eram estudantes. Eu tive uma amiga que com 17 anos... foi estuprada aí em Recife, onde era a antiga Secretaria de Segurança Pública. Tive um amigo que foi assassinado no dia 1º de abril de 1964 em plena avenida Guararapes pelo exército, quando eles metralharam os que vinham em uma passeata. (Pereira, 2021)

O testemunho da atriz Zodja Pereira, por exemplo, revela o impacto devastador da repressão sobre os corpos e as vidas daqueles que ousaram resistir. As recordações sobre os crimes mencionados oferecem uma narrativa profundamente enraizada na experiência vivida — uma memória que se opõe frontalmente à romantização autoritária da violência estatal. Enquanto o discurso negacionista busca legitimar a repressão como uma reação necessária à “ameaça comunista”, o testemunho da atriz desmonta essa justificativa ao expor o caráter indiscriminado e cruel da perseguição. A violência sexual, o assassinato de civis desarmados e o medo como constante da vida cotidiana mostram que o AI-5 não foi um instrumento de proteção, mas sim de silenciamento e terror.

Nesse embate entre a narrativa dos negacionistas e a memória encarnada, o testemunho, junto aos registros históricos, corroboram para o resgate da realidade sobre os discursos de ordem do passado, revelando que, por trás da retórica política, existiram vítimas concretas, histórias interrompidas e traumas que ainda ecoam no presente. Pois, se de um lado havia os estudantes, os artistas, intelectuais e demais militantes protestando e

denunciando as violências, do outro havia o apelo de algumas emissoras de rádio e televisão que pregavam o combate às badernas comunistas, associando a imagem dos perseguidos e presos políticos a de uma pessoa desordeira e perigosa, como podemos observar em na figura 1.

Figura 1 - Reportagem sobre Silvia Montarroyos



FONTE: Jornal do Comercio.

Silvia Lúcia Viana Montarroyos, foi perseguida, presa, torturada, violentada sexualmente e internada em um hospital psiquiátrico, seu testemunho apresenta detalhes do sofrimento imposto ao seu corpo após a prisão e o impacto que toda violência sofrida deixou na sua saúde e na retomada de sua vida. Sobre a rotina após sua prisão ela recorda:

Então eu sei que foi no quartel do Derby, quartel de Tejipió, 2a Cia. de Guardas, não sei outros mais, mas juro que foram todos porque eles tentavam que eu desse depoimento e eu tinha comigo não falar. Para mim a palavra de ordem era que eu tinha de morrer, mas sempre cumpri, nem que tivesse que dar minha vida por isso, era não falar! E não falei. Não disse nem sequer como me chamava “Quem é você”? Calada, como se fosse cega, surda e muda. Eu não falei absolutamente nada. Nada! Aí era pancadaria para ver se eu falava, como não conseguiam ir para outro quartel, era novamente exposta a interrogatórios. Eles achavam que outro quartel conseguiria e aí eu ia de quartel em quartel e não conseguiam. Cada vez que passava para outro quartel as torturas eram maiores, chegou ao ponto então em que resolveram me torturar na frente de Gustavo, que também tinha ficado calado até esse momento. Ele também não falou. Mas aí o trouxeram e diante dele três homens me estupraram. Eu estava no chão, eu lembrei desse fato já muito depois. Eu estava na casa de um amigo, escondida, clandestina no Rio de Janeiro, e de repente me lembrei, porque durante muito tempo ficou soterrado, porque foi terrível. Eu estava no chão, sangrando por todos os lados, um deles colocou o cotovelo no meu estômago, assim bem forte mesmo, quase que me colando ao chão, havia também joelhos que também me enterravam no chão, eu sangrava pelo nariz, pela boca, pelos ouvidos, pelo sexo mais que

qualquer coisa, eu estava toda num banho de sangue (Montarroyos, p. 8, 2013).

O relato de Silvia Montarroyos explicita com potência a sobreposição entre corpo, silêncio e resistência diante da máquina repressiva do regime civil-militar. A repetição enfática do “não falar” não representa passividade, mas uma escolha ética e política que transforma o silêncio em ato de insurgência. A recusa em colaborar com os torturadores, mesmo diante de sessões brutais e sucessivas de violência, configura um posicionamento identitário: ela se afirma como sujeito não pelo que diz, mas pelo que escolhe não dizer. Nesse processo, o corpo torna-se o principal campo de batalha simbólica e literal. O estupro coletivo, praticado na frente de outro militante, revela como a violência sexual foi usada como prática sistemática de dominação e chantagem emocional, projetando o terror não apenas sobre o corpo violentado, mas também sobre os vínculos afetivos e a coletividade política. A tortura do corpo feminino assume, assim, uma função política de desumanização, apagada pelas versões oficiais da história, mas revivida aqui como denúncia e como memória que resiste.

A força deste testemunho reside também na forma como o trauma se inscreve na linguagem. Silvia lembra do estupro apenas anos depois, em um momento de clandestinidade no Rio de Janeiro, quando a memória retorna de forma abrupta e não linear. Esse aspecto fragmentado da lembrança evidencia como os traumas de gênero produzidos pela ditadura escapam da lógica narrativa tradicional e muitas vezes permanecem silenciados até que possam ser simbolizados. Tal dinâmica reforça a importância de pensar o testemunho como um instrumento de justiça simbólica e contranarrativa, especialmente no enfrentamento ao negacionismo histórico. As violências sexuais, marcadas por tabus sociais e invisibilização institucionais, são frequentemente excluídas das narrativas hegemônicas sobre a ditadura.

Nesse sentido, o relato de Silvia Montarroyos não apenas rompe esse silêncio imposto, mas confronta diretamente as tentativas atuais de reabilitação da imagem do regime, oferecendo uma contra-memória ancorada na dor, no corpo e na palavra que insiste em existir. Essa memória insurgente contradiz a narrativa negacionista que tenta suavizar ou negar as violências do regime, e nos faz refletir sobre a reatualização de narrativas autoritárias no espaço público brasileiro. Entre as manifestações mais emblemáticas, destacam-se apelos por uma intervenção militar, a defesa da volta do Ato Institucional nº 5 — símbolo máximo da repressão durante a ditadura — e pedidos de fechamento do Supremo Tribunal Federal.

Ao apresentar as pessoas perseguidas como objeto de escárnio público, a narrativa negacionista revela seu caráter profundamente violento, não apenas no plano político, mas também no ético e afetivo. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre a participação de civis na sustentação e execução da repressão promovida durante a ditadura, como no caso do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo formado por militares e simpatizantes da extrema direita. Lea Lopes, ao relembrar sua infância, traz uma importante passagem sobre a imagem que se tentava estabelecer desde aquela época sobre os considerados comunistas. Assim rememora:

Em 1965 eu morava numa cidade pequena no interior da Bahia, Itajuípe, que fica na região do cacau. E o povo começou a falar que estavam prendendo gente... o sapateiro, que se escondeu embaixo da cama, porque era comunista... o comunista era um monstro e estava destruindo o país, eu fiquei muito impressionada com aquilo porque o sapateiro era nosso amigo. Uma pessoa maravilhosa, como pode ser tão horroroso? Nossa

amigo conserta nosso sapato e conversa com a gente, dá bala para as crianças (Oliveira, 2021).

O testemunho de Oliveira, assim como título da reportagem da figura 1, revela, de forma sutil e profundamente simbólica, como o discurso anticomunista se infiltrou no cotidiano das pequenas cidades brasileiras durante a ditadura, produzindo medo e distorcendo percepções de convivência. A figura do "comunista", construída como ameaça monstruosa e desestabilizadora da ordem nacional, não se sustentava por experiências concretas com essas pessoas, mas por uma narrativa oficial e midiática que associava qualquer divergência política a perigo moral, social e nacional. Esse processo de demonização atinge seu ápice quando até mesmo um sapateiro — alguém conhecido, querido e parte da comunidade — é visto com desconfiança, apenas por estar associado a uma identidade política criminalizada.

A perplexidade da narradora ao confrontar o afeto cotidiano com o estigma político "como pode ser tão horroroso?" escancara o abismo entre o discurso fabricado pelo regime e a realidade vivida. Ao mesmo tempo, revela como o medo foi mobilizado para romper laços de solidariedade, congelar o pensamento crítico e naturalizar a perseguição, até mesmo em comunidades pequenas e aparentemente distantes dos grandes centros do poder. Essa fala também permite refletir sobre como mulheres foram atravessadas por essas contradições — não apenas como vítimas diretas da repressão, mas como testemunhas da desumanização de seus pares, num cenário em que o senso comum foi capturado por uma lógica de exceção permanente.

Essa manipulação da memória coletiva evidencia o impacto duradouro do medo e da repressão na construção das narrativas históricas. Assim como o senso comum foi capturado por uma lógica de exceção, o negacionismo histórico se torna um instrumento para reforçar essa distorção, moldando interpretações que minimizam a violência e legitimam a perseguição. Dessa forma, a ruptura dos laços de solidariedade e o enfraquecimento do pensamento crítico não apenas serviram para instaurar um ambiente de controle absoluto, mas também pavimentaram o terreno para que versões manipuladas do passado fossem aceitas e disseminadas, perpetuando a negação das atrocidades cometidas.

Essas tendências se intensificaram durante as eleições de 2018 e 2022, marcadas por narrativas ultraconservadoras ancorados em valores religiosos e morais, contrários a pautas progressistas como os direitos LGBTQIAPN+, a legalização do aborto e da maconha, a educação sexual nas escolas, entre outros. Nesse contexto, a propagação de notícias falsas e teorias da conspiração tornou-se estratégia central para sustentar a ideia de uma suposta ameaça comunista e deslegitimar qualquer proposta ligada à esquerda. Essa construção discursiva ecoa os argumentos que, em 1964, justificaram o golpe militar, revelando como determinadas narrativas permanecem vivas e circulantes.

O episódio de 8 de janeiro de 2023, com a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília, somado à elaboração de uma minuta de golpe e a tentativas de atentado político, evidencia como essas ações ultrapassam o campo simbólico e assumem contornos concretos e preocupantes. As subsequentes campanhas por anistia aos envolvidos mostram como o negacionismo histórico não apenas se perpetua, mas se adapta, encontrando novas formas de expressão e mobilização. Para Zodja Pereira esse fenômeno é resultado do apagamento sobre as histórias das vítimas:

Então, essas histórias foram apagadas, por isso as pessoas desconhecem, por isso as pessoas dizem [puxa, a ditadura era legal!] Porque pouquíssimas pessoas tiveram contato com as vítimas, nós tivemos no Brasil milhares de pessoas que foram desaparecidas e sumiram. Meu pai, meu padrinho, entre outros, porque eles sequestravam, torturavam, matavam e sumiam com essas pessoas. Então é uma história que foi abafada, que foi apagada, que foi emborrachada dentro da história brasileira [...] porque o silêncio que de certa forma assumi, a ponto de que meus filhos não sabiam da história da vida deles, porque por muito pouco o meu filho mais velho não foi parar no DOI-CODI comigo. Por assim...um milagre, conseguiram tirar meu filho na hora, consegui deixar ele na casa de uma pessoa. Meus filhos só sofreram essa pressão sem entender o que acontecia, porque por medo deles sofrerem repressões, houve toda uma geração que silenciou (Pereira, 2021).

Esse silêncio histórico, como denuncia Zodja Pereira, não foi apenas um esquecimento espontâneo, mas uma omissão produzida socialmente, alimentada por pactos de impunidade e pela ausência de justiça de transição. O apagamento da memória das vítimas da ditadura militar criou um terreno fértil para a desinformação, o negacionismo e a romantização do regime. É neste sentido que para compreendermos como a memória das vítimas e sobreviventes da ditadura se contrapõe diretamente às narrativas que minimizam ou até exaltam esse período, recorremos aos testemunhos de quatro mulheres que viveram, de formas distintas, a repressão do regime militar em Pernambuco.

Questionadas sobre o que pensam das atuais manifestações que pedem a volta da ditadura, suas respostas revelam percepções diversas, mas atravessadas por uma crítica contundente à ignorância histórica e ao desmonte da memória coletiva. Para Stella Maris Saldanha, alguém pedir a volta à ditadura ou do AI-5 representa um escândalo.

É um escândalo! Isso é um escândalo! É fruto de uma ignorância política inenarrável. Inenarrável! Como é que você pode defender um regime que impede você de votar, porque a gente... não se votava pra prefeito das capitais, não se votava pra governador, não se votava pra presidente da república, impede você de escolher os seus representantes, se você pensa diferente, ele lhe prende, lhe tortura e lhe mata. Como é que alguém pode defender isso? Um regime que lhe tira a liberdade e o direito de escolha? Que impede o debate público, a pluralidade de pensamento? Então, assim, quem defende isso é de uma ignorância política fenomenal ou tem afinidade com o fascismo. Não posso entender de outra forma. Ou é ignorância ou é afinidade com o fascismo (Saldanha, 2022).

Seu tom fortemente racional e estruturado numa argumentação política clara e combativa expressa uma denúncia vigorosa e indignada. Ela apresenta os pilares básicos do regime ditatorial — censura, repressão, restrição ao voto, assassinatos — e os contrapõe à liberdade democrática. O uso de repetições (“É um escândalo! Isso é um escândalo!” e “Inenarrável!”) reforça a indignação e dá ênfase emocional à lógica argumentativa. Ao apelar para a razão política ela constrói sua crítica com base em fatos históricos verificáveis, recorrendo a uma dicotomia moral onde ou se é ignorante ou se é facista, o que aponta para uma formação política consistente, a qual pode ser associada a sua militância, em especial no teatro.

A poetisa Léa Lopes lamenta o cenário e atribui a adesão ao discurso pró-ditadura à ignorância popular fomentada pela falta de acesso à cultura.

É lamentável que as pessoas ainda estejam nesse nível de ignorância, ignorância e a palavra que define essas pessoas, e por que essa ignorância? O preço da arte, a arte ainda é para elite. Feita pela elite para a elite. As pessoas de baixa renda não têm condição de produzir arte, muito menos de consumir. A minha filha chorou de emoção o dia que foi ao Teatro Municipal de São Paulo assistir uma ópera, chorou de emoção porque achava aquilo lá muito distante da realidade dela. Foi um evento promovido pela prefeitura local, onde ela trabalhava e ela foi e voltou encantadíssima com aquilo, mas quando as crianças com a condição econômica dela vão ter acesso a esse tipo de cultura, um em mil. Então a condição econômica é um limite para o alicerce, a arte e a cultura. Não tendo acesso à cultura, todo mundo continua pensando que comunista come o fígado de criança, infelizmente (Oliveira, 2021).

Sua narrativa apresenta a arte como elemento formador de consciência crítica e aponta sua inacessibilidade às classes populares como causa do pensamento reacionário, ao qual destacamos a falta de pensamento crítico que geralmente é desenvolvido na relação com a arte. Percebemos um discurso estrutural e classista, à medida que ela reconhece a exclusão cultural como a raiz da alienação. A menção à filha chorando no teatro revela o poder transformador da arte e evidencia a carência de políticas culturais públicas. Percebemos uma linguagem mais afetiva e pedagógica na fala da poetisa, aproximando-se da crítica social e da fala da atriz Stella Saldanha ao falar em ignorância, mas seu foco é menos político-partidário e mais cultural.

No caso da atriz Zodja Pereira, ela articula sua fala como um testemunho que mistura história pessoal e memória coletiva. Ela traça um paralelo entre o Brasil e a Alemanha nazista, criticando a passividade brasileira diante dos crimes da ditadura. Sua narrativa é marcada por uma dor latente: a morte brutal e impune de seu pai.

Primeiro a ignorância, segundo essa coisa que, de certa forma, isso vem sendo incutido nessa nova sociedade, que é o mesmo que aconteceu quando Hitler foi eleito pela sociedade, pelos judeus alemães, que achavam que ele salvaria o mundo, só foram descobrir depois. A nossa diferença da história do Brasil para a história da Alemanha é que os judeus jamais se calaram, e nós, de alguma forma, aceitamos a tal da anistia e ficou como se aquilo nunca tivesse acontecido, desde que eles libertassem os nossos, mas eles não libertaram os nossos. Os nossos foram mortos, foram... Uma das histórias que se conta sobre o meu pai é que talvez ele tenha sido torturado, morto, esquartejado e jogado no Rio Nazaré. Outros dizem que ele foi queimado no Rio de Janeiro, dentro do forno de uma Usina. Não existem provas dessas pessoas, não existem os corpos dessas pessoas. Meus pais foram de certeza fundamentais para minha formação política e artística (Pereira, 2021)

A sensibilidade é marcante no discurso emocional e memorialístico de Zodja, ela evoca a invisibilização e a impunidade dos crimes da ditadura, denunciando o pacto da anistia como elemento de continuidade do autoritarismo. Traz o corpo desaparecido de seu pai como símbolo do que foi silenciado e esquecido. Também percebemos que existe uma aproximação com o tom de denúncia de Stella, mas com ênfase na dor pessoal e no silenciamento histórico.

Ao passar para a análise da narrativa de Silvia Montarroyos, percebemos que ela traz em seu discurso uma crítica a classe política contemporânea, para ela:

[...] houve um grande retrocesso na mentalidade popular, e a falta de liderança verdadeira e sincera é a principal responsável por isso. As pessoas se desencantaram com a chamada "esquerda", pois na verdade já não existe esquerda no Brasil, os políticos são na sua totalidade pessoas que visam um cargo onde possam ganhar um bom salário e serem poderosos e com muitas regalias, nenhum deles é idealista e nenhum se candidata para servir o país nem para servir o povo, mas para se servir do país e se servir do povo. Essa é a vergonhosa realidade, e eu estou contra toda a classe política (Montarroyos, 2021)

Seu discurso foca mais no presente do que no passado, se distanciando de uma análise específica da ditadura para criticar a política como um todo. Ela expressa um profundo desencanto com os partidos e representantes políticos, afirmando que não há mais esquerda verdadeira. Não defende o regime militar, mas foca sua resposta no vazio político atual e na desilusão popular. Ela se distancia da fala das outras mulheres ao não se concentrar nos horrores do regime e sim na deterioração da política contemporânea, apresentando uma análise mais sociopolítica. Uma postura que talvez esteja relacionada à dor de relembrar novamente tudo que suportou durante as torturas. Dessa forma, ela não acusa diretamente os defensores da ditadura, mas relativiza a culpa, situando-a na decepção geral com a classe política e com a generalização da corrupção. Uma vez que Silvia sempre demonstrou sua preocupação com a vulnerabilidade social das pessoas e com as desigualdades, fazendo-a refletir com uma visão mais complexa.

As quatro respostas analisadas revelam diferentes formas de elaborar e reagir à persistência de discursos autoritários no Brasil contemporâneo. Apesar das nuances individuais, todas apontam para um denominador comum: a crítica à ignorância histórica e ao esvaziamento do debate político que permite a reemergência de ideias autoritárias. Se por um lado Stella Maris e Léa Tereza são incisivas ao denunciar o retrocesso e a desinformação que alimentam a defesa da ditadura, por outro, Zodja oferece um testemunho marcado pela dor e pela ausência de justiça, evidenciando como o silêncio histórico imposto às vítimas criou as condições para a repetição de velhos fantasmas. Já Silvia, embora não se concentre diretamente nos horrores da ditadura, traduz em sua fala uma desilusão que denuncia a falência ética da política institucional, uma crítica que se conecta, ainda que indiretamente, com o desamparo e o esvaziamento de ideais que pavimentam o terreno para o avanço da extrema direita.

Essas mulheres, ao testemunharem, não apenas recontam suas experiências, mas reescrevem a memória no presente, confrontando o esquecimento e desafiando as tentativas de reescrever a história sob a ótica dos opressores. Em um país onde o passado insiste em não passar, escutar essas vozes é uma forma de resistência. Elas nos lembram que a ditadura não foi apenas um período autoritário, mas um projeto de violência que segue ecoando nos corpos, nas instituições e nas rupturas democráticas atuais. O testemunho, nesse sentido, não é apenas memória: é ato político. É dizer "Ditadura Nunca Mais" com a força de quem viveu para contar — e se recusa a calar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu da inquietação provocada pela recorrente negação do passado autoritário brasileiro, especialmente no contexto de crescente polarização política e da ascensão de discursos ultraconservadores que banalizam as violações de direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985. Tal negação não é apenas uma disputa de narrativas: é uma

forma de violência simbólica que deslegitima o sofrimento das vítimas e alimenta práticas autoritárias no presente.

Ao buscar compreender de que maneira as narrativas testemunhais de mulheres artistas que viveram a ditadura militar contribuem para o enfrentamento do negacionismo histórico e para a preservação da memória coletiva — elementos essenciais à consolidação de uma educação voltada para o “nunca mais”, evidenciamos que as trajetórias de Lea Tereza Lopes de Oliveira, Silvia Lúcia Viana Montarroyos, Stella Maris Saldanha e Zodja Pereira revelam não apenas vivências singulares de resistência e dor, mas também formas plurais de fazer memória e transformar a experiência em ação política e pedagógica.

Suas falas, atravessadas por marcas da censura, do silenciamento e da repressão, atuam como instrumentos de denúncia e de resistência diante da tentativa de apagamento histórico operada por discursos ideológicos que buscam minimizar a responsabilidade do Estado sobre os crimes do período. Ao assumir suas vozes como testemunhos, as entrevistadas iluminam aspectos do regime civil-militar que, muitas vezes, permanecem ocultos nos registros oficiais ou distorcidos nas versões que buscam isentar o Estado de sua responsabilidade com os crimes do período. Sendo neste sentido que a pedagogia da memória, enquanto ferramenta crítica e formativa, ganha força na medida em que se conecta à experiência do outro, humanizando o passado e aproximando-o das demandas do presente. Pois, a escuta ativa das testemunhas — como propõem Alberti (2004) e Gagnebin (2006) — permite que o sujeito que não viveu a ditadura compreenda os impactos dessa violência no corpo e na vida das vítimas, gerando empatia, responsabilidade e um compromisso ético com a verdade. Neste sentido, escutar os testemunhos dessas mulheres não é apenas um exercício de rememoração, mas um ato político de recusa à indiferença, à omissão e a banalização das violências cometidas no passado recente.

Ao longo da análise, ficou evidente que a memória das vítimas permanece viva e atual. Como destaca Zodja Pereira, o silêncio que se impôs após a Lei da Anistia foi mais do que esquecimento: foi um projeto de apagamento deliberado, sustentado por pactos de impunidade que atravessam a sociedade brasileira até hoje. Esse pacto, ao não responsabilizar os agentes da repressão, produziu uma lacuna histórica que favoreceu a popularização de discursos ideológicos — como o de que o regime teria sido brando ou necessário. É neste vazio que se inscrevem as falas das mulheres analisadas: elas se contrapõem à pós-verdade e expõem, com seus corpos e memórias, os horrores que ainda insistem em ser negados.

Nesse sentido, em tempos marcados por ataques à democracia, à educação e aos direitos fundamentais, como vimos nos episódios pós-eleitorais de 2018 e 2022, e mais gravemente nos atos de 8 de janeiro de 2023, torna-se ainda mais urgente compreender o valor político da memória. A evocação nostálgica de uma ditadura idealizada, travestida de ordem e progresso, revela o quanto a sociedade brasileira falhou em elaborar coletivamente o trauma autoritário. A educação para o “nunca mais” deve ser compreendida tanto no âmbito formal, escolar, por meio do ensino de História, nas vivências com temas transversais e nas disciplinas relacionadas aos Direitos Humanos, quanto em espaços não formais, como museus, centros culturais, projetos de memória e mídias sociais. Nesses ambientes, os testemunhos das vítimas podem ser utilizados como instrumentos de reflexão crítica, articulação da memória coletiva e promoção da cidadania, sendo essenciais para enfrentar narrativas negacionistas e fortalecer a compreensão histórica do período.

O estudo aqui desenvolvido também aponta para a importância de ampliar o escopo da produção acadêmica sobre a educação em direitos humanos. Embora haja um crescimento

significativo no número de trabalhos sobre o tema nos últimos anos, como mostram os dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, ainda é tímido o número de pesquisas que abordam a pedagogia da memória sob a perspectiva da justiça de transição e do protagonismo das vítimas — especialmente mulheres. Este dado revela um campo fecundo para novas investigações, sobretudo à luz das contribuições trazidas pelas artistas entrevistadas, que atuam tanto como educadoras quanto como agentes de reconstrução histórica.

Por fim, reafirma-se que as memórias das mulheres que enfrentaram a ditadura civil-militar em Pernambuco, quando reconhecidas como testemunhos históricos, contribuem não apenas para a reparação simbólica de suas vivências, mas também para a construção de uma memória coletiva plural, sensível e comprometida com a verdade. Nesse processo, a educação cumpre papel fundamental ao garantir o direito de lembrar, refletir e transformar o passado em alerta permanente. Afinal, como lembra a célebre advertência que inspira este trabalho: para que “nunca mais” se repita, é preciso nunca esquecer.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARENDT, Hannah. **Between Past and Future. Six Exercises in Political Thought**. New York: The Viking Press, 1961.
- BOLSONARO, Jair. **Bolsonaro acusa Miriam Leitão de mentirosa em café com a imprensa no planalto**. 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jhkHxpru-pE>. Acesso em: 22 fev. 2025
- BOLSONARO, Jair. **PLENÁRIO - Votação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff**. 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vu2jD7W3yU>. Acesso em: 22 fev. 2025
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- FIALHO, Lia Machado Fiuza; FREIRE, Vitória Chérida Costa. O trabalho Educação formativa de uma líder política cearense: Maria Luiza Fontenele (1950-1965). **Cadernos de História da Educação**. v.17, n.2. p.343-364. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43290/22594>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- FONSECA, Homero. (org.). **1968: abaixo as ditaduras**. Recife: Cepe, 2018.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. **Cuadernos del IDES**, 2, p. 1 27. Disponible em:
<https://publicaciones.ides.org.ar/sites/default/files/docs/2020/cuadernosdelides-2-2003jelin.pdf>. Acesso em: 06 jan 2023

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Autores Associados, nº 19. p. 20-28. jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al.. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MONTARROYOS, S. L. V. Entrevista concedida a Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes. Recife, 07 jun. 2021.

MONTARROYOS, Sylvia de. Réquiem por Tatiana - missa em si menor: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: Cepe, 2013.

OLIVEIRA, Lea Tereza Lopes de. Entrevista concedida a Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes. Recife, 19 mar. 2021.

PEREIRA, N. M., & SEFFNER, F. (2018). Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, 7(13), 14–33.
<https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.427>

PEREIRA, Zodja. Entrevista concedida a Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes. Recife, 17 mar. 2021.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das Mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**. n.4. p. 9-28. 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SACAVINO, Susana. Pedagogía de la memoria y educación para el “nunca más para la construcción de la democracia. **FOLIOS**, Segunda época, n. 41, Primer semestre de 2015, pp. 69 -85.

SALDANHA, Stella Maris. Entrevista concedida a Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes. Recife, 23 jun. 2022.

SOUZA, Jessica Machado Martins. **‘Educar para o nunca mais’**: sequência didática, memória e esquecimento sobre a ditadura militar nos livros didáticos de história (2011-

2017). Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2018.

VALIM. Patrícia Valim; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismos e usos da história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em 20 abr. 2025

Recebido em: 28 de abril de 2025

Aprovado em: 10 de agosto de 2025.